



SAÚDE AMBIENTAL: IMPACTOS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA SAÚDE PÚBLICA

ERICA DA SILVA BACHETTI; CAROLINA DE FREITAS QUIRINO; DAIANE RÖGLIN
SILVEIRA; TAINÁ TEIXEIRA FURTADO; TALITA REZENDE BUENO

INTRODUÇÃO: O acelerado processo de crescimento demográfico juntamente com o modelo econômico capitalista, tem gerado catástrofes relacionadas ao descarte dos resíduos sólidos urbanos. A implementação de programas de gestão se torna fundamental na importância de trabalhar a conscientização da população de forma a valorizar e compreender a relação entre a saúde ambiental e social, colocando em prática o desenvolvimento sustentável. **OBJETIVOS:** Objetivou-se com estudo, fortalecer a gestão participativa, inserindo técnicas que assegurem o manejo voltado à questão de sustentabilidade. **METODOLOGIA:** O estudo focou nas práticas profissionais nos postos de saúde - como questões de desperdício de materiais, em indicadores de coleta de lixo, seu destino final e se há presença de programas de reciclagem. Foram fornecidos de forma categórica os resultados de diferentes níveis de práticas profissionais executadas que afetam negativa ou positivamente o meio ambiente, programas de políticas de saúde, bem como indicadores de doenças formadoras do índice dos impactos na saúde pública. **RESULTADOS:** A pesquisa apresentou um quadro significativo ao que se refere às práticas profissionais, onde os funcionários dos postos de saúde mantinham um nível bom de conhecimento sobre questões ambientais. A coleta de materiais de risco é terceirizada. Não foi encontrado déficit na coleta e, no aterro controlado, há ocorrência de seleção de materiais para reciclagem, onde é feita a separação de cada natureza do material e encaminhado ao departamento responsável. Quanto às doenças como impactos dos resíduos sólidos, não possuiu uma diferença significativa na interferência na saúde. **CONCLUSÃO:** Contudo, verificou-se a necessidade e a importância manter disseminação sobre as práticas da Política Nacional de Educação Ambiental, assim como os documentos que a legitimam, como suas normas, leis e diretrizes recentemente aprovadas, e as políticas Públicas de Educação Ambiental como confere na Lei 9.795 de 27 de abril de 1999.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO AMBIENTAL; SAÚDE COLETIVA; SUSTENTABILIDADE; RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS; RISCOS AMBIENTAIS**